O RACISMO E OS IMPACTOS NA CONVIVÊNCIA ESCOLAR

THAÍS URBINI EUGÊNIO

RESUMO

O racismo é uma realidade na sociedade brasileira e tem sido tema significativo de pesquisa no campo da educação, já que a sua ocorrência tem implicações profundas na educação e no desenvolvimento de crianças e jovens. Nesse sentido, o presente trabalho tem como objetivo, analisar percepções sobre o racismo, suas manifestações e impactos no ambiente escolar. A escola não é uma instituição neutra tampouco imparcial, ela pode desempenhar um papel crucial na reprodução das desigualdades sociais. Nesse sentido, é possível compreender a escola como um microcosmo da sociedade, que ainda possui um longo caminho para avançar contra todos discursos discriminatórios e preconceituosos que são feitos por conta da cor da pele dos indivíduos. Considerando a escola como instituição que, consequentemente reproduz os ideais hegemônicos das classes dominantes, é concebível que haja em sua lógica de funcionamento o racismo e a discriminação.

Palavras-chave: Discriminação; Educação; Implicações.

INTRODUÇÃO

É importante pensar nas políticas de ação afirmativa, que tem como objetivo corrigir e compensar as desigualdades. As ações afirmativas têm como objetivo ampliar a diversidade, são formas positivas de reparação e possibilitam o acesso a grupos que são excluídos e tiveram o acesso à educação renegado por causa da opressão (HOOKS, 2019).

Dessa forma, a implementação da Lei 10.639 de 9 de Janeiro de 2003, que instituiu a obrigatoriedade do Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nas escolas, tem colaborado com a educação antirracista e significa um grande avanço na descolonização do currículo.

O Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, assinala também a obrigatoriedade de incluir a temática sobre as questões raciais no projeto político-pedagógico da escola, ou seja, para que a inclusão ocorra de fato, é necessário pensar em outros fatores que contribuem com a implementação da lei.

A discriminação racial opera como um elemento essencial da sociedade e amplamente presente nela, transcendendo o nível individual e permeando várias interações pessoais e institucionais, de forma que se torna inerente à estrutura social (ALMEIDA, 2018).

O preconceito estrutural, de acordo com as diretrizes do trabalho de Almeida, surge da própria configuração social da sociedade e da maneira como ocorrem e se desenvolvem as interações sociais, políticas e econômicas. Essas relações não reconhecem o racismo como uma anomalia social, nem como algo que afeta a sociedade, ou seja, o preconceito racial é tratado de forma rotineira, funcionando como uma norma e não como uma exceção. O preconceito estrutural é internalizado pelos indivíduos em suas interações sociais, considerando-o algo completamente natural e tradicional, e foi estruturado político-econômica e juridicamente ao longo da evolução histórica e social da sociedade (ALMEIDA, 2018).

A noção de preconceito estrutural refere-se a um processo histórico presente na formação da sociedade brasileira, sustentando processos econômicos e de organização social ao longo de um longo período de escravidão. Refere-se também a um processo político, uma vez que influencia a organização da sociedade e a distribuição desigual do poder (RIBEIRO; FERREIRA; JÚNIOR, 2019).

O FIM DA ESCRAVIDÃO E O RACISMO

Mesmo após o fim da escravidão em si, que, de acordo com a historiadora e antropóloga brasileira Lilia Schwarcz (2001), tem suas raízes na época da escravidão, o problema do racismo tem se agravado cada vez mais, e como será abordado neste trabalho, está profundamente enraizado no sistema judiciário brasileiro, exercendo uma influência significativa nas decisões de natureza penal.

Ainda existe a observância de múltiplas normas e comportamentos racistas impostos, os quais estão ligados à estrutura social e, de certa forma, influenciam o sistema jurídico, resultando em decisões penais gradualmente marcadas pelo viés racista (ALMEIDA, 2018). A esse respeito, é necessário destacar a presença de diversos juristas, magistrados, promotores, entre outros, que expressam condutas racistas, pois muitos deles, ao proferirem suas decisões, não conferem a devida importância ao processo/denúncia, nem aos fatos relatados pelas vítimas, revelando assim uma total negligência em relação ao racismo presente no caso em questão (MATOS, 2016). Diante disso, torna-se inaceitável a banalização do racismo no contexto da tomada de decisões.

Com a implementação de leis que estabelecem a inclusão obrigatória do estudo da História da África e da cultura africana nas salas de aula, a educação brasileira passou a adotar uma nova abordagem e perspectiva. No entanto, ainda existem dois fatores significativos que dificultam o progresso satisfatório desse ensino: as resistências decorrentes de preconceitos e a falta de capacitação específica dos professores (RIBEIRO, 2018).

O ensino da cultura africana é uma tarefa complexa e requer habilidade por parte dos educadores para superar as barreiras da resistência, por parte dos pais e alunos, do racismo e de como lidar com ele no contexto educacional, bem como dos estigmas existentes e de como desenvolver atividades progressivas que possam transformar a visão, a percepção e a ação dos alunos em relação aos temas relacionados a essa cultura (SILVA, 2011).

O continente africano é um dos mais antigos da história da humanidade. No entanto, há uma notável negligência por parte do ensino da história ao abordar esse continente, seus povos e a imensa riqueza cultural que emana desse lugar. Conforme apontado por Silva (2011):

Na variante mais divulgada do mito, diz-se que o Olodumaré ou Olorum, o deus supremo, lançou, do céu até as águas ou pântanos que lhe ficavam abaixo, uma corrente, pela qual fez descer Odudua, com um pouco de terra num saco ou numa concha de caracol, uma galinha e um dendezeiro. Odudua derramou sobre a água a terra, e nesta colocou a palmeira e a ave. A galinha começou imediatamente a ciscar o solo e a espalhá-lo, aumentando cada vez mais a extensão da terra. Daí o nome que tomou o lugar onde isto se deu: Ifé, o que é vasto, o que se alarga. [...] Ilê Ifé era habitada possivelmente desde o século VI, a data mais antiga fornecida até agora pelo método de radiocarbono a materiais recolhidos de escavações na cidade. (SILVA, 2011, p. 479, 480 e 481).

Existem evidências científicas da longa existência desse local, bem como da prática de agricultura de subsistência, estabelecimento de pequenas comunidades e possivelmente atividades de fundição de ferro. Em outras palavras, Ifé é uma região habitada por antigas comunidades que se dedicavam a atividades para garantir sua sobrevivência. Já existia uma história muito antes do surgimento de muitos países (SILVA, 2011).

Evidentemente, não podemos negligenciar o fato de que o sistema educacional público também pode ser um cenário de resistência e luta por progresso. Conquistas educacionais significativas alcançadas nas últimas décadas não teriam sido possíveis sem a participação ativa de profissionais engajados da área educacional pública, que se envolveram tanto em discussões quanto em ações para promover o desenvolvimento de políticas públicas nesse sentido. Da mesma forma, não podemos ignorar experiências positivas realizadas por instituições de ensino públicas em diferentes partes do país, que conseguiram enfrentar e superar seus desafios e limitações, proporcionando aos estudantes uma experiência escolar positiva e transformadora (SILVA, 2011).

No entanto, é importante ressaltar que mesmo reconhecendo esses aspectos positivos, devemos analisar de maneira clara e rigorosa o panorama geral vivenciado pela maioria das escolas públicas brasileiras, especialmente aquelas frequentadas por indivíduos de baixa renda e pela população negra. Esse panorama geral é composto por inúmeras experiências locais que produzem efeitos semelhantes aos que serão mencionados neste estudo (SILVA, 2011).

No Brasil, essa situação é agravada pela presença do racismo, que está enraizado em nossa sociedade. Após aproximadamente 350 anos de existência de um sistema escravista baseado em raça, a sociedade brasileira falhou em lidar com os problemas sociais resultantes dessa prática. Além disso, logo após a abolição legal da escravidão e a queda da monarquia, as elites políticas e econômicas do país se empenharam em perseguir, marginalizar e, por fim, eliminar a presença da população negra no tecido social brasileiro, em nome de convicções supostamente sagradas relacionadas não apenas à existência de raças, mas também a uma rígida hierarquia racial, associada a graus de racionalidade, moralidade, humanidade e humanismo (TELLES, 2003).

Ideias raciais - ou racistas - desenvolvidas no continente europeu como uma justificativa ideológica para as políticas imperialistas foram importadas e contribuíram para fortalecer o preconceito racial já amplamente difundido entre as classes dominantes no Brasil (TELLES, 2003). Dessa forma, mesmo após o fim do sistema escravista, no Brasil, assim como em muitos outros países com histórico colonial, uma visão racista da sociedade (ou talvez da humanidade) continuou a existir, na qual os negros não eram reconhecidos como um grupo legítimo com direitos, mas sim como um fardo a ser enfrentado pelas elites dominantes.

Segundo Telles (2003):

A classificação dos seres humanos em diferentes raças não encontra mais respaldo nas ciências biológicas, pelo menos desde a década de 1979. Desde então, esse fato tornou-se inegável e reconhecido por quase todos os setores da sociedade. No entanto, as marcas sociais e culturais deixadas por essa forma de interpretação em nossa sociedade também são inegáveis. O racismo, portanto,

persiste mesmo sem as frágeis bases de sustentação que a ciência, aos olhos daqueles que assim o enxergavam, lhe concedia ao longo do século XIX e início do XX, perpetuando sua lógica de dominação e exclusão, ainda que desprovido do respaldo científico.

O racismo é entendido aqui como uma estrutura de poder que se baseia na ideia de que o europeu branco possui uma superioridade natural e inata em relação às outras "raças", enquanto o africano negro seria diametralmente oposto a essa ideia. Embora o conceito de "raça" tenha sido utilizado ao longo de muitos séculos no continente europeu para categorizar e hierarquizar o que hoje chamaríamos de "classes sociais" (MUNANGA, 2004, p. 1).

Ao longo de toda nossa trajetória, a comunidade negra, sujeita a diversas formas de discriminação racial, reagiu de maneira a combater ou reduzir os impactos dessas políticas - seja individualmente ou, principalmente, de forma coletiva.

A fuga e a formação de comunidades quilombolas, rebeliões, ações políticas e jurídicas no âmbito público foram algumas das principais formas de resistência desenvolvidas diante da realidade da escravidão. No decorrer do século XX, no entanto, com a garantia legal da liberdade e igualdade civil estabelecida pela Constituição de 1891, a luta dos negros e dos ativistas antirracistas no Brasil avançou em direção à ampliação efetiva de sua cidadania. Assim, parcelas significativas da população negra, especialmente nas áreas urbanas, passaram a se organizar politicamente, com o objetivo de resistir às políticas racistas implementadas por diferentes governos e em diferentes esferas, ao mesmo tempo em que resgatavam sua história e fortaleciam sua autoestima (MUNANGA, 2004).

EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA - PELA DESCOLONIZAÇÃO DO CURRÍCULO

Nossa comunidade apresenta uma considerável variedade cultural, que é nossa maior fonte de riqueza. Desde cedo, aprendemos com a nossa família diferentes "microculturas" dentro da diversidade presente em nosso lar. Na escola, nos deparamos com um encontro de culturas, já que compartilhamos parte do nosso dia a dia com pessoas tão distintas, e dependendo da região, é perceptível que ainda há uma quantidade significativa de preconceitos (CHAUI, 2007).

É de extrema importância trabalhar de maneira positiva com as identidades negras desde a Educação Infantil, a fim de evitar a proliferação de preconceitos. Os professores enfrentam desafios durante o processo de ensino, uma vez que cada criança traz consigo seus conhecimentos prévios, uma socialização com o mundo e suas particularidades, incluindo alguns preconceitos adquiridos no ambiente familiar.

Conforme apontado por Marilena Chauí (2007):

> Na escola, todos nós aprendemos o significado da bandeira brasileira: o retângulo verde simboliza nossas matas e riquezas florestais, o losango amarelo simboliza nosso ouro e nossas riquezas minerais, o círculo azul estrelado simboliza nosso céu, onde brilha o cruzeiro do sul [...] Aprendemos que somos “um dom de Deus e da Natureza” porque nossa terra desconhece catástrofes naturais (ciclones, furacões, vulcões, desertos, nevascas, terremotos) e que aqui, “em se plantando, tudo dá”. (CHAUI, 2007, p. 5)

Em um país tão rico em diversidade cultural, ainda enfrentamos desafios como a discriminação contra pessoas negras. Para as crianças na fase da Educação Infantil, essas questões podem parecer insignificantes, porém, quando iniciam a escolarização, as dificuldades tornam-se evidentes, seja na linguagem verbal ou no convívio com outras crianças. Nesse momento, os professores têm a responsabilidade de transformar o ensino de forma a integrar e atender a todos durante o processo de escolarização (CHAUI, 2007).

Conforme mencionado por FARIAS (2012, p. 32), "cultura é o conjunto de expressões artísticas, sociais, linguísticas e comportamentais de um povo ou civilização". Portanto, as seguintes atividades e manifestações fazem parte da cultura de um povo: música, teatro, rituais religiosos, língua falada e escrita, mitos, hábitos alimentares, danças, arquitetura, invenções, pensamentos e formas de organização social, entre outros.

Devido à sua imensa extensão territorial, o Brasil possui uma ampla diversidade cultural. Os colonizadores europeus, a população indígena e os africanos escravizados foram os primeiros responsáveis pela disseminação cultural no país. Posteriormente, imigrantes italianos, japoneses, alemães, árabes, entre outros, contribuíram para a diversidade cultural brasileira. Aspectos como culinária, danças e religião são elementos que integram a cultura de um povo (FARIAS, 2012).

Césaire (2012) ressalta que para construir a identidade negra é essencial ter orgulho de sua condição, fidelidade à herança africana e solidariedade com todos os irmãos negros espalhados pelo mundo devido à diáspora. É importante destacar que defender uma África única, desconsiderando suas diferenças geográficas, populacionais, históricas e culturais é um equívoco intelectual. No entanto, existem algumas linhas fundamentais que caracterizam esse continente como uma civilização.

As relações de parentesco, coletivi-

dade, casamento e poder desempenham papéis fundamentais na definição da identidade africana. Para os africanos, não são a profissão, classe ou nacionalidade que os definem, mas sim os laços familiares, sejam eles matrilineares ou patrilineares. A relação estabelecida com pai, mãe, tios e tias é essencial para que eles compreendam sua posição no mundo. Existe uma ênfase nos interesses e ações coletivas em detrimento do individualismo desenvolvido no Ocidente. O casamento tem tanta importância na sociedade africana que não há papéis sociais para os solteiros, não há lugar para essa possibilidade. E, por fim, o poder exercido pelos líderes em cada comunidade é essencialmente baseado no parentesco e sua legitimidade está ligada ao sagrado. No entanto, isso não significa que não haja espaço para o debate. Pelo contrário, leva-se isso tão a sério que busca-se a unanimidade, não apenas o apoio da maioria (MUNANGA, 2009).

Geralmente, as pessoas tendem a associar cultura exclusivamente ao nível de educação, mas, no entanto, ela abrange muito mais do que isso. Cultura é tudo o que dá sentido ao mundo que cerca um indivíduo ou grupo de indivíduos. Portanto, elementos como religiosidade, definição de valores morais, idioma falado, grupo étnico ao qual pertencem e a história da sociedade na qual estão inseridos fazem parte da cultura de um povo. (MUNANGA, 2009). E a criança conforme indicado por Cohn (2005):

A criança atuante é aquela que tem um papel ativo na constituição das relações sociais em que se engaja, não sendo, portanto, passiva na incorporação de papéis e comportamentos sociais. Reconhecê-lo é assumir que ela não é um “adulto em miniatura”, ou alguém que treina para a vida adulta. É entender que onde quer que ela esteja, ela interage ativamente com os adultos e as outras crianças, com o mundo, sendo parte importante na consolidação dos papéis que assume e de suas relações” (COHN, 2005, p. 27-28)

Neste sentido, entendemos como na Educação Infantil, encontramos também a Lei nº 10.639/2003, que, de acordo com o Plano Nacional de Implementação, estabelece que "as crianças têm o direito de serem e se sentirem acolhidas e respeitadas em suas diferenças, como sujeitos de direitos". Sua corporalidade, estética, religião, gênero, raça/etnia ou deficiência devem ser respeitadas, não por apelo moral, assistencialista ou religioso, mas sim porque essa é a postura esperada da sociedade e da escola democrática que valorizam a infância. Portanto, as ações e o currículo da Educação Infantil devem questionar qual tem sido a abordagem pedagógica dada às crianças negras, brancas e de outros grupos étnico-raciais, bem como às suas famílias e histórias (BRASIL, 2003).

PROJETOS RELACIONADOS À CULTURA AFRICANA

A cultura, tanto no campo educacional como nas ciências sociais, vai além de uma noção acadêmica. Ela abrange as experiências concretas dos indivíduos, a diversidade de perspectivas sobre o mundo, as particularidades e semelhanças construídas pelos seres humanos ao longo do processo histórico e social.

A cultura negra é uma expressão inter-racial formada pela contribuição de diversos grupos considerados negros, brancos, mestiços e indígenas. Manter viva essa diversidade cultural negra é uma necessidade fundamental para fortalecer sua identidade étnica como forma de resistência ao domínio branco. (MUNANGA, 2009)

Existem outras manifestações culturais negras, como o sincretismo, que não apenas envolve a incorporação de referências religiosas dos negros à religião dominante, mas também representa uma forma sutil de cultuar seus deuses e orixás. Outro exemplo são as pinturas e esculturas, que desempenham a função mais ampla da arte de comunicar conceitos e símbolos, e a música, que deu origem ao samba, ao pagode e está presente em diversos ritmos da música popular brasileira (MUNANGA, 2009).

No ambiente escolar, essa cultura é pouco estudada e valorizada, sendo muitas vezes negligenciada. Por diversos motivos, não se reconhece a importância dessa cultura na construção e formação da sociedade brasileira. "As diferenças étnicas gradualmente se transformaram em diferenças sociais" (SOUZA JUNIOR, 1998, p.79-80).

Ouvir as experiências raciais de negros e negras em uma sociedade racializada é possibilitar transformações e intervir de forma intencional nas relações sociais do cotidiano escolar. Uma boa atividade nesse sentido pode ser compartilhar com os estudantes as experiências de figuras públicas e canais nos quais jovens negros discutem questões raciais, denunciam atos de racismo, dão dicas de beleza negra e promovem a divulgação de arte marginalizada e crítica (SOUZA JÚNIOR, 1998).

O principal desafio encontrado nos processos de ensino e aprendizagem da história africana não está relacionado apenas à sua complexidade, mas principalmente aos preconceitos e à desinformação sobre a África. Na nossa sociedade, a imagem do africano é associada ao selvagem e à miséria.

Ao contrário do homem branco, o negro, ao ser tirado de sua terra natal, perdeu sua liberdade e foi obrigado a seguir os costumes do explorador colonial, sem ter a oportunidade de ver sua civilização florescer na nova terra. Se o Brasil não tivesse nenhuma influência africana, não seria surpreendente

que os currículos escolares negligenciassem esses conteúdos. Por razões históricas e até mesmo econômicas relacionadas ao capitalismo, é indispensável ter conhecimento da história africana (SOUZA JUNIOR, 1995).

Segundo Souza Junior (1995, p. 89):

A cultura negra hoje deve ser assumida como alteridade que cerca a vida das pessoas, por isso deve ser respeitada e reconhecida como distintas visões de mundo e de existência própria, imprescindíveis para compreendermos o processo social, político e cultural do Brasil.

O tema central da narrativa, no entanto, que lhe confere um valor especial, é a necessidade constante de colaboração e negociação entre todas as entidades governamentais envolvidas na concepção, financiamento e implementação eficaz de um sistema educacional; estratégia.

Abordar o estudo da cultura africana dentro das instituições de ensino não é tarefa fácil, pois requer investimento na formação e capacitação dos professores, além da disposição de apresentar os fatos e a história como realmente são, sem negar a realidade como um todo. Muitas escolas em todo o vasto território brasileiro não incluem o ensino de História e Cultura Afro em seus currículos escolares. Os materiais didáticos fornecem conteúdos superficiais e abordam apenas aspectos básicos do assunto. Os livros não estão em conformidade com a legislação. Incentivar os professores por meio de formação continuada seria uma alternativa para impulsionar o cumprimento da lei que trata do ensino de História e Cultura Afro nas salas de aula (SOUZA JUNIOR, 1995).

Outra opção seriam os livros complementares, que não apenas auxiliam na assimilação e compreensão dos conteúdos, mas também promovem o reconhecimento, por parte dos alunos, das contribuições dos povos africanos para a construção da cultura brasileira. Isso ampliaria o que é proposto pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação, incorporando conteúdos e estratégias que visam combater o racismo ao longo das gerações, de forma concreta, principalmente no ambiente escolar (BRASIL, 2010).

É claramente um processo no qual habilidades e ideias criativas podem desempenhar frequentemente um papel mais importante - e fazer mais pela educação - do que o poder de negociação.

Aqueles que desejam ir além das metodologias estatísticas frias do planejamento educacional e contemplar os processos práticos de cooperação e compromisso humanos que conferem ao planejamento educacional sua vida real encontrarão essa abordagem mais útil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma instituição de escolar não pode ser um local de preconceito, racismo e situações embaraçosas que causem danos à formação da identidade da criança.

Assim como a existência do racismo na sociedade brasileira ainda é questionada, pois se acredita no mito da democracia racial e na cordialidade brasileira, também as manifestações de racismo passam despercebidas no ambiente escolar.

Entre os saberes contidos nessas prescrições, o debate em torno do ensino dos conteúdos referente às questões étnico-raciais emerge como um dos pontos a serem destacados. A educação para as relações étnico-raciais compreende o ensino de um conjunto de conhecimentos e saberes produzidos por diferentes povos, como afro-brasileiros, africanos e indígenas.

O preconceito, por sua vez, é visto como uma carga afetiva negativa que pode ser direcionada diretamente a um grupo como um todo ou a um indivíduo devido à sua pertença a esse grupo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA. Silvio Luiz de. O que racismo estrutural? .- Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

BRASIL. Diretrizes e Bases da Educação Infantil. 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/diretrizescurriculares_2012.pdf. Acesso em 25 nov.2023.

CÉSAIRE, A. Diário de um retorno ao país natal. São Paulo, Edusp, 2012.

CHAUÍ, Brasil: mito fundador e sociedade autoritária. 7 ed. São Paulo: Perseu Abramo, 2007.

FARIAS, M.S. "Cultura e Identidade Cultural". Maio de 2012. Disponível em: <http://livredialogo.blogspot.com.br/ >acesso em 20 nov.2023.

HOOKS, Bell. Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade. 2ª edição. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.

HOOKS, Bell. Educação democrática. In: CÁSSIO, Fernando. Educação contra a barbárie: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar. São Paulo: Boitempo, 2019.

MUNANGA, K. Negritude: usos e sentidos. Belo Horizonte, Autêntica, 2009.

MUNANGA, K. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil. Belo Horizonte, Autêntica, 2004.

MUNANGA, K.. “Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identi-

dade e etnia" In: BRANDÃO, André Augusto P. (Org.) Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira [S.l: s.n.], 2004.

SILVA, Alberto da Costa e. A Enxada e a Lança: a África antes dos portugueses. 5. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

SILVA, Luciano Ferreira da; RUSSO, Rosária de Fátima Segger Macri; OLIVEIRA, Paulo Sergio Gonçalves de. Quantitativa ou qualitativa? um alinhamento entre pesquisa, pesquisador e achados em pesquisas sociais. Revista Pretexto, p. 30-45, 2018.

SILVA, Siony da. Redes sociais digitais e educação. Revista Iluminart, v. 1, n. 5, 2010.

SOUZA, Celina. POLÍTICAS PÚBLICAS: questões temáticas e de pesquisa. CADERNO CRH, Salvador, n. 39, p. 11-24, jul./dez. 2003.

SOUZA JUNIOR, Vilson Caetano de; SILVA, Antônio Aparecido Silva da (Org.). Uma dívida, muitas dívidas: os afro-brasileiros querem receber. São Paulo: Loyola, 1998. p.77-90.

TELLES, Edward. Racismo à brasileira: uma nova perspectiva sociológica. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.